

Não aceitamos mais congelamento!

De volta aos holofotes, o ministro da Economia iniciou esta segunda-feira, 27, declarando que os salários dos servidores públicos devem ser congelados para que o Brasil supere a crise econômica que a população vive atualmente, agravada pela crise sanitária da pandemia do novo coronavírus. Com mais de três anos sem reajustes salariais e com uma inflação assustadora, a Condsef/Fenadsef, representante da maioria dos servidores públicos federais, reafirma mais uma vez que não aceitará perda de direitos e sugere a Paulo Guedes que ele congele o pagamento da dívida pública.

"É um disparate o ministro sugerir congelamento de salários que já estão congelados há anos! E ele ainda tem a coragem de falar que não haverá perda de direitos, é uma pessoa que não entende nada de Administração Pública e quer gerir o Brasil como se fosse um banco privado. Não aceitaremos porque temos responsabilidade com o País que servimos", declara o Secretário-geral da Condsef/Fenadsef, Sérgio Ronaldo da Silva.

Em fins de março, a Confederação, em nota, deu alternativas práticas para o governo aumentar orçamento público e superar as crises de saúde e econômica, sem que trabalhadores (públicos ou privados) fossem prejudicados. São elas:

1. Revogação imediata da Emenda Constitucional 95/2016, que congelou os investimentos públicos por 20 anos, inclusive em saúde e educação, áreas essenciais para tratamento da pandemia e para descoberta de medicamentos para cura dos afetados. Desde que foi aprovada, a emenda retirou R\$ 20 bilhões do Sistema Único de Saúde. Também foram cortadas milhares de bolsas de pesquisa científica. Este recurso foi desviado para pagamento da dívida pública e outros gastos do sistema financeiro.

2. Suspensão imediata do pagamento da dívida pública. A previsão de gasto para 2020 ultrapassa R\$ 1,5 trilhão, valor muito superior à suposta economia que o governo diz que terá pelos próximos 10 anos com os resultados da reforma da Previdência aprovada em 2019. Em vez de congelar salários de trabalhadores, que tal congelar os pagamentos que vão sobretudo aos bancos bilionários?

3. Taxação das grandes fortunas. O número de bilionários no Brasil aumenta a cada ano, independentemente de crise econômica, porque é na crise que os ricos ficam mais ricos. Já são 50 nomes que estampam a capa da revista Forbes. Em 2019, os três maiores bancos privados do Brasil, somados, tiveram lucro de R\$ 63 bilhões. A Condsef/Fenadsef deliberou pelo apoio à carta "Tributar os ricos para enfrentar a crise", elaborada por entidades do Fisco e da Justiça Fiscal (AFD, Anfip, Fenafisco e IJF). O documento reúne um conjunto de propostas concretas de mudanças na tributação nacional com o propósito de apontar fontes de recursos para financiar medidas urgentes e necessárias para enfrentar os efeitos da pandemia.

4. Investimento em assistência social. Além dessas medidas, a Auditoria Cidadã da Dívida mostrou que o País tem mais de R\$ 4 trilhões em caixa. Não há razão para economia no momento, muito menos para congelamento salarial.

Para a Condsef/Fenadsef, o Estado precisa investir recursos em serviços públicos e assistência social. O corte de salários de trabalhadores é opção ilegal e injusta. "Nenhum direito a menos! Não somos nós que vamos pagar a conta da pandemia enquanto o governo segue enriquecendo grandes empresários", finaliza Sérgio Ronaldo.

Após sete meses, Iphan de Minas Gerais tem nova superintendente

Sete meses após a saída da museóloga Célia Corsino da Superintendência em Minas, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), a autarquia federal no estado tem, finalmente, um profissional da área nomeado pelo governo federal para cuidar de um dos acervos mais ricos do país. Trata-se da arquiteta e urbanista mineira, especialista em patrimônio, Débora Maria Ramos do Nascimento.

A portaria assinada pelo ministro do Turismo, Marcelo Henrique Teixeira Dias, foi publicada nesta segunda-feira (27). O cargo estava sendo ocupado provisoriamente pelo arquiteto da própria Instituição em Minas, Matheus Cotta.

Arquiteta urbanista graduada em 2005 pela PUC-Minas, Débora é especialista em direito urbanístico pela mesma universidade. Foi funcionária da prefeitura de Diamantina, no Vale do Jequitinhonha, passando a servidora concursada a partir de 2008 na mesma instituição. Na atuação profissional, foi responsável pela análise e aprovação de projetos arquitetônicos em Diamantina de 2005 a 2007.

Podemos propõe corte de penduricalhos de servidores do alto escalão

Deputados do Podemos estudam uma medida para suspender o pagamento de jetons, penduricalhos em salários de servidores federais, estaduais e municipais do alto escalão, que, na avaliação dos parlamentares, criam discrepância de direitos e provocam mais gastos durante o combate ao coronavírus. A medida é uma resposta ao pedido da equipe técnica do Ministério da Economia, que solicitou o congelamento de salários de servidores, mas não sugeriu nenhuma mudança no pagamento dos benefícios que aumentam o salário dos próprios componentes.

O líder do Podemos na Câmara, Leo Moraes (RO), destaca que diversos países de economia neoliberal estão socorrendo a população, enquanto o governo fala em corte e congelamento salarial. Ele critica diretamente o secretário do Tesouro Nacional, Mansueto de Almeida.

"O jeton sempre foi um mecanismo extrarregulamentar, em que a pessoa recebe um benefício que fica extra ao subsídio convencional, que é de direito do profissional. Eles utilizam do jeton para extrapolar os direitos", disse.

"É uma artimanha usada em várias instâncias do governo, que traz discrepância entre profissionais que executam uma mesma atividade. Como se quer cortar salário de servidor quando países neoliberais têm injetado dinheiro e pago até salário de profissionais da iniciativa privada? Aqui a gente vai tirar salário? Temos é que aperfeiçoar as ferramentas de distribuição de renda. O momento de pandemia é momento de colocar dinheiro no bolso da população. É muito fácil falar para fora antes cuidar de dentro de casa", criticou o líder partidário.

Dados do alto escalão

O parlamentar insiste que o Ministério da Economia debata a suspensão desses penduricalhos, muitas vezes compostos de pagamento de diárias e viagens, antes de exigir congelamento de salários como contrapartida dos estados. A comunicação do partido divulgou um levantamento feito no Portal da Transparência informando que Mansueto de Almeida, secretário do Tesouro Nacional, teria recebido, "em fevereiro, R\$ 16,2 mil em jetons, além do salário bruto de R\$ 37,5 mil". "Nos últimos seis meses, o valor com jetons chega a 75,2 mil", diz o texto.

Ainda segundo a legenda, "por 92 viagens, entre 2016 e 2020, Mansueto recebeu R\$ 313,9 mil dos cofres públicos". "Mirar na remuneração básica do servidor é uma fumaça para manter intacta a estrutura de bonificação extra, o ganho por 'fora'. Ainda segundo o Podemos, os penduricalhos custaram R\$ 17,9 milhões aos cofres públicos em 2019. Somente funcionários ligados a paulo guedes teriam recebido R\$ 1 milhão. Ex-secretário da Previdência e atual ministro do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho, recebeu R\$ 189 mil por ter participado de apenas 11 reuniões no Serviço Social do Comércio, o Sesc", indica a divulgação.

"Primeiro, o governo tem que mexer no supérfluo. Se é para cortar, vamos tirar os penduricalhos e verbas adicionais de quem já ganha muito. Vamos acabar com o pagamento dos jetons nos conselhos das estatais, que é um instrumento para engordar o contracheque e furar o teto constitucional", atacou Léo Moraes. Os deputados do Podemos fizeram uma proposta para a mesa da presidência da Câmara para reduzir 50% dos salários dos parlamentares. "Isso não vai trazer a salvação, mas é um gesto de que, representantes eleitos da população, estamos atentos e somos solidários", afirmou Léo Moraes.

SINDSEP-MG 31 ANOS: uma história forjada na luta!

No dia 26/04, o SINDSEP-MG completou 31 anos de fundação. Nosso Sindicato nasceu durante o processo de redemocratização do país e das primeiras eleições livres e diretas no Brasil. No final da década de 80 e início da década de 90, a luta dos servidores públicos federais, em Minas Gerais, era organizada por meio das Associações. Essas associações não eram o sindicato propriamente dito, mas tinham caráter sindical.

As negociações salariais, de benefícios e por melhores condições de trabalho eram feitas via associações. O sindicato não existia formalmente. Isso porque, até a Constituição de 1988, não era permitida a existência de sindicatos de servidores públicos federais. Mas havia uma ação sindical para pressionar o governo a

atender as reivindicações da categoria. A partir de 1988, os servidores puderam criar seus sindicatos. O SINDSEP-MG teve a sua fundação oficializada por meio de carta sindical emitida pelo Ministério do Trabalho, em 26 de abril de 1989.

Sempre defendendo os direitos dos trabalhadores do serviço público e da classe trabalhadora brasileira, e lutando junto com os movimentos sociais, o SINDSEP-MG participou ativamente de vários eventos importantes para nosso estado e País, como a Marcha dos Sem Terra, o Grito dos Excluídos, o Fórum Social Mundial, o Grito da Terra, entre outros.

Ao longo de mais de três décadas de existência, o SINDSEP-MG manteve sua trajetória de luta intransigente por um serviço público de qualidade e em defesa dos direitos dos servidores e dos trabalhadores das empresas públicas. Sempre na construção de um sindicalismo expressivo, democrático, classista e de combate a todas as tentativas de retrocesso.

Hoje, vivemos um dos momentos mais críticos da nossa história. A democracia e as garantias fundamentais se encontram ameaçados e os direitos trabalhistas, sob ataque constante.

E mais do que nunca, esse é o momento de nos unirmos e nos fortalecermos. Não temos dúvida de que somente com mobilização, resistência e luta vamos construir um Brasil mais justo e, sobretudo, com um serviço público de qualidade e gratuito para todo o povo brasileiro. Tudo isso sem nunca abrir mão de nenhum direito conquistado pelos servidores e na defesa intransigente da democracia.

Parabéns, SINDSEP-MG!

Nenhum direito a menos!



37 anos **SINDSEP-MG**
CONDSEF - FENADSEF CUT